

SENTINELAS DA REDE: Contradições no Discurso da Democratização da Informação

Victor Costa

Resumo: A democratização da informação, dada a sua óbvia notoriedade, foi absorvida, enquanto discurso, sem a devida investigação acadêmica. Na esteira do deslumbre tecnológico, premissas e conceitos primários são repetidos com pouco critério, e a questão da receptibilidade do indivíduo às informações é desconsiderada. A Sociedade do Conhecimento, ou Informacional, reivindica a descentralização do poder como resultado da descentralização da informação, no entanto a super-utilização do ciberespaço convive com aspectos de um sub-aproveitamento cognitivo de suas benesses.

Palavras-chave: discurso; informação; internet; democratização

Abstract: The democratization of information, given its obvious notoriety, was absorbed, while speaking without proper academic research. In the wake of technological marvel, assumptions and concepts are repeated with little primary criterion, and the question of receptibilidade of the individual to information is disregarded. Knowledge society, or Informational, claims the decentralization of power as a result of decentralized information, however, the overuse of cyberspace lives with aspects of a sub-cognitive use of its bounty.

Keywords: speech, information, internet, democratization

Introdução

Dentre todas as surpreendentes inovações tecnológicas do mundo contemporâneo que ampliaram radicalmente a possibilidade de acesso à informação, nenhuma delas teve tamanha repercussão quanto a *internet*. O advento do ciberespaço para a transmissão do conhecimento consolidou o conceito de ‘Sociedade da Informação’, e a enormidade de fontes de consulta disponíveis transformaram o universo virtual num espaço redentor, encarado como a última fronteira para a liberdade de conteúdo e expressão. No entanto, a apreciação otimista do fenômeno – mais do que justa e necessária - virou *lugar comum* tanto no discurso cotidiano quanto no discurso acadêmico, e tomou o perigoso viés do absolutismo simplista.

Não obstante a problemática da exclusão digital, que por si só já desmistifica a noção de *democratização da informação*, o presente trabalho procura contrapor-se à premissa de que a revolução tecnológica, enquanto instrumentalização adquirida, pode compensar os processos cognitivos deficientes, e servir à potencialização das competências humanas, sem que haja uma estruturação intelectual anterior propícia para tal desenvolvimento. A inclusão digital é sem dúvidas um dos grandes objetivos na busca por uma sociedade menos desigual, mas ela não implica necessariamente no esclarecimento holístico em médio ou longo prazo, ou na inclusão do indivíduo naquilo que se concebe como “Sociedade da Informação”.

Pretendemos expor os aspectos contraditórios da democratização real, e avaliar a compreensão pragmática da Internet como “depósito do saber”, de onde supostamente se pode colher o conhecimento com um *click*, e colocá-lo sem maiores esforços à disposição do desenvolvimento da humanidade. Para isso, é fundamental compreender determinados processos de aquisição do conhecimento e avaliar as teorias de aprendizagem.

A festejada homilia acerca da informação propagada na rede mundial de computadores emerge carregada de um discurso político sedutor, que impetra com habilidade a padronização da opinião pública e a estagnação da abordagem crítica desta nova ordem comunicacional. Nesta conjuntura, vão passando despercebidas as sutis sentinelas da rede, que, como grandes olhos, observam e monitoram a sociedade absorta em uma satisfação negligente e tendente ao deslumbre.

Democratização virtual: primeiras reflexões

Na década de 60, com o intuito de proteger as informações de estado num eventual guerra nuclear contra os soviéticos, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DARPA) desenvolveu a ARPANET (Advanced Research Projects Agency): uma rede de computadores autônomos para armazenamento e trânsito de informações sem a necessidade de um computador central (Castells, 1999). Naquele momento da história, talvez os pesquisadores não desconfiassem do exato impacto que estas inovações, criadas para fins específicos, trariam para toda a realidade sócio-econômica mundial.

Com a intervenção dos interesses empresariais e a criação da World Wide Web em 1991 pela equipe de pesquisadores do CERN (European Organization for Nuclear Research, de Genebra), a *internet* pouco a pouco foi sendo adaptada para demandas variadas, e tornou-se uma das maiores revoluções da história da comunicação, alcançando nos EUA 50 milhões de pessoas em 4 anos, enquanto a televisão precisou de 13 e o rádio de 38 anos para atingir este mesmo número. A partir da década de 90, os computadores começaram a fazer parte do dia-a-dia do cidadão comum de classe média e alta (Livro Verde, 2000). A capacidade infinita de armazenamento possibilitou um volume de informações disponível sem

precedentes. Aparentemente, para alguns usuários desatentos do sistema *web*, caíra por terra a idéia de que existem informações inacessíveis, e o mundo parecia estar na ponta dos dedos.

É curioso notar que a elite populacional beneficiada com o advento da rede, mesmo anos depois do final da guerra fria, permaneceu sem ter acesso àquelas informações sigilosas da DARPA. Por fim, os arquivos confidenciais do governo norte-americano até hoje estão selados, e a internet, grande distribuidora e descentralizadora de informações de nossa Era, se nos apresenta com uma origem por demais paradoxal, justamente de ‘ocultação’ de informações.

Parece-nos redundante descrever todas as incontestáveis benesses oriundas da revolução tecnológica para o universo de câmbio e divulgação de dados. Por isso, vamos antes recuperar um posicionamento crítico diante das contradições do atual contexto de democratização da informação, a fim de questionar o otimismo conveniente de um discurso monocromático. A tendência de se laurear a liberação dionisíaca da informação através das novas mídias carrega características de um reducionismo clássico, que em sua essência, é o mesmo que sempre nos foi induzido pelos mecanismos da comunicação de massa, que subestima a contextualização dos fatos e cria atalhos cognitivos imediatistas, tais como este: *“com o advento da Internet, a informação ficou ao acesso de todos”*. Quem são “todos”? Que tipo de “informação”? O que significa ter “acesso”? O acesso garante a “compreensão” da informação disponível? Quais dados permanecem ocultos?

Longe de tentar negar a democratização real que está ocorrendo através de blogs, jornais virtuais, vídeo-conferências, compartilhadores de arquivos, fóruns de discussão, ensino à distância e enciclopédias digitais, é necessário e digno que se delimite também o seu alcance, e compreender até que ponto teremos uma sociedade realmente mais informada com a internet, inclusive para que se possa

dar maior rigorosidade científica a este conceito de *democratização*. Poderíamos dizer que o termo evoca, a grosso modo, uma analogia conveniente: no que tange ao conceito de *democracia* propriamente dito, o fato de termos conquistado o direito ao voto direto não nos garantiu que escolheríamos o melhor ‘candidato’ ou no melhor ‘partido’. Assim também, o fato de termos acesso à informação não nos garante que saibamos escolhê-las ou articulá-las devidamente. A princípio, torna-se indispensável uma reflexão acerca do conceito de “informação”, e sobre o significado de “ser informado”.

Era da Informação: lançando os dados

A Sociedade da Informação, em síntese, foi e vem sendo o resultado da revolução tecnológica experimentada no final do século XX, que possibilitou uma transmissão de dados a custo relativamente baixo, e a velocidades e quantidades descomunais. Houve também um aumento drástico na facilidade de armazenamento, cópia e mobilidade destes dados graças aos novos equipamentos eletrônicos, e aos transistores. Os estudos realizados no Livro Verde do Governo Federal evidenciam que a disseminação de dados é uma realidade, que viabilizou inclusive uma revolução econômica (regulação de mercado, capital especulativo, redes de cooperação) e um novo ambiente cultural que o escritor William Gibson, em seu livro de ficção *Neuromancer* denominou de “ciberespaço”.

No entanto, ter acesso não significa *extrair conhecimento*, e disseminar dados não caracteriza a disseminação da *informação*. Theodor W. Adorno, no aforismo “Lacunas”, afirma:

“o conhecimento se dá numa rede onde se entrelaçam prejuízos, intuições, inervações, autocorrekções, antecipações e exageros, em poucas palavras, na experiência, que é densa,

fundada, mas de modo algum transparente em todos os seus pontos.(...)” (1992, p. 69)

Stephen Talbott, em artigo na sua revista científica *Netfuture - Technology and Human Responsibility*, também nos alerta para uma diferença conceitual importante: o *dado* é uma entidade quantificável, e qualquer representação simbólica isolada, ainda que não decodificada pelo receptor, é considerada por si só um dado: uma imagem, um cheiro, uma letra, um impulso eletromagnético, uma frase, um traço, um número, um texto, uma sensação, um sonho, um ruído, um código qualquer. Claude Shannon, o pai da *Teoria da Informação*, em seu influente ensaio *The Mathematical Theory of Communication*, prefere chamar os *dados* de *bits*. Um bit é um fato matemático independente: um livro escrito em sânscrito nas mãos de uma pessoa que só conhece o português representa um dado, não importando se o seu conteúdo ficou retido ou não pelo leitor.

Por sua vez, a *informação* é uma abstração de variável interpretativa resultante da influência do receptor sobre os dados recebidos, e vice-versa. Seria o processamento, ordenação, organização e interconexão destes dados a nível pessoal, o que pressupõe um condicionamento às circunstâncias do receptor. O dado pode ser convertido em informação se somar ao conhecimento do receptor – um padrão isolado que interfere na transformação de outros padrões prévios. Até que um dado expresse alguma informação, eles são inúteis. Um receptor que por ventura desconheça um dado básico que fundamente o novo dado recebido não poderá gerar a informação. Se o receptor no entanto quiser buscar o dado básico, mas não tiver as ferramentas cognitivas para identificá-lo, a informação também se perderá. Exemplifiquemos: um brasileiro que nunca teve contato com a língua inglesa não pode extrair significado de um site codificado neste idioma (uma das grandes barreiras da democratização é a língua, visto que 85% dos conteúdos da rede estão em inglês – Miguel, 1991). Ou como ler uma notícia sobre o conflito no Kosovo sem conhecer o complexo histórico dos conflitos étnicos na região dos Balcãs: a informação acaba não se materializando, e o que temos basicamente é

uma retenção ou memorização dos dados fragmentados: *conflito no kosovo - albaneses lutam pela independência – Milosevik incentiva a limpeza étnica – dissolução da ex-iugoslávia – mais de 200 mil mortos*; ou, no máximo, a retenção insular de informações sem a amplitude necessária para a inter-relação com outras informações, e insuficientes para extrair conclusões válidas. É o *acesso improdutivo*. Isto prejudica a análise do objeto, e concorre para a superficialidade da opinião pública.

O conceito de “Infosfera” do filósofo Luciano Floridi contempla esta dialética da informação, na medida em que capta a existência de um complexo ambiente informacional constituído por várias entidades intrinsecamente envolvidas no processo de produção/ aquisição da informação. Como pudemos observar, as propriedades culturais, históricas, emocionais e subjetivas do receptor são algumas das entidades efetivas deste processo. Portanto, é insuficiente a mera disponibilização dos *bits* para uma grande massa de excluídos que não possui as ferramentas para convertê-los em conhecimento e competências. Corroborando, neste âmbito em específico, Gustavo Said:

“(...) um fenômeno de comunicação é um processo gerado em estruturas sociais psíquicas profundas, como resultado de apropriações simbólicas situadas em todos os níveis sociais, culturais e psíquicos em que o fenômeno é processado (...)”
(Said, op. cit., pág. 126)

Sim, tornar os dados disponíveis é o primeiro passo. Mas que dados são estes? Convém ressaltar que a democratização possibilitada pela rede mundial de computadores é a mesma responsável pela falta de critérios e confiabilidade do que é veiculado. Para abrir a “caixa-preta” mais uma vez, o receptor vai necessitar de outra ferramenta prévia importante: o senso crítico, sob pena de se tornar o objeto passivo do processo.

O Jornalista investigativo Paul Moreira afirma em seu mais recente livro “As Novas Censuras” (2007) que vivemos um contra-senso: em uma sociedade cada

vez mais transparente, as formas de controle da informação estão se tornando mais sutis e automáticas. Ele lembra que uma censura declarada é indecente num sistema democrático de direito, mas que os recursos investidos no controle dos itens informacionais oferecidos ao público se sofisticam de modo a se tornarem quase imperceptíveis e até procedimentais.

De acordo com o jornalista, os assessores de imprensa, porta-vozes, relações públicas e consultores de comunicação são os responsáveis diretos pelos “filtros” que recaem sobretudo nos assuntos entendidos como controvertidos ou imprevisíveis. A notícia chega ao público manejada e desdobrada em função de um direcionamento intencional. Pairando um mundo à parte, toda uma massa de conteúdo sem filtros resiste no cyberspaço; porém, frente a um receptor deseducado para a investigação coerente, este acervo tende para a dispersão, revelando uma possibilidade de esgotamento crítico-formador mesmo diante de fontes informativas aparentemente inesgotáveis.

Conhecimento disponível: não, obrigado.

E quando recusamos a informação? E quando possuímos as ferramentas cognitivas exigidas para compreendê-la, e no entanto, simplesmente ignorarmos o que nos é oferecido? Mesmo dentro do que Pierre Lévy chamou de *nós de fluxos*, ou o *epicentro* do ciberespaço, onde já há uma confluência densa de dados, alguém poderia dizer: “obrigado, não estou interessado”. Imaginemos a descentralização da produção da informação como um bem renegado voluntariamente... Luís Felipe Miguel (1991) alerta para a paulatina interferência da indústria na estrutura profunda da rede, que através de “portais de entrada”, vai conduzindo o internauta para páginas com links de anunciantes. Ele dispara:

“O plano dos desenvolvedores de tecnologia é, claramente, incentivar a passividade dos consumidores, tornando a Internet

– e outras mídias que surjam – não um instrumento de 'auto-expressão', mas de consumo” (Miguel, op. cit. pág. 139).

O internauta educado numa sociedade consumista tende a encarar a internet como um grande cardápio para fins individualizados, e não como instrumento de libertação intelectual. Certamente, alguém que perdeu a sensibilidade social depois de anos de convívio com uma elite adormecida não vai querer ler sua manchete num jornal on-line hospedado por alguma entidade filantrópica. Alguém que, por outro lado, não adquiriu o hábito da leitura, não vai pesquisar *e-books* no compartilhador de arquivos; ele pode até saber que existe, mas renega. Outro que não participe dos assuntos políticos de sua cidade também não vai freqüentar fóruns ou assinar petições on-line, por exemplo. Nada mais natural; porém, se não há disponibilidade do receptor, ainda que haja a disponibilidade do dado na rede, a revolução informacional se configura, em determinado aspecto, como uma farsa.

Pergunta a canção 'Comida', de Arnaldo Antunes: “*Desejo, necessidade, vontade. Você tem sede de quê?*” Os interesses do receptor, já customizados pela indústria de consumo, ficam estrangulados neste modelo. Em geral, este indivíduo inserido nesta cultura, fruto do choque com um infinito de possibilidades que não lhe dizem respeito, prefere se fechar numa identidade restrita e num individualismo seletivo. A resposta é: *ele necessita o que deseja*.

E as empresas alinhadas com o mercado cibernético sabem disso. A Google estabeleceu um gigantesco mostruário de clientes em potencial com o advento do *Orkut*, o que de certa forma inverte os papéis dos atores do processo: o cliente pode até selecionar a empresa, mas agora também é selecionado por ela. Na medida em que a monitoração de preferências de consumo na Internet já é uma realidade, os dados fornecidos também adquirem o caráter *ativo*, frente a um consumidor *passivo*. Sem pedir licença, os sistemas de registro de hábitos do consumidor na rede espionam nosso cotidiano virtual, e “surpreendentemente” nos

presenteia com anúncios dos produtos que mais precisamos, desejamos, ou necessitamos. A Internet feita sob medida, o jornal personalizado, os blogs-diário, os fóruns e comunidades sobre assuntos individualizados são alguns dos resultados desta cultura de subutilização da rede, promovida (mas não 'determinada') pelo sistema capitalista de insinuação ao consumo, e não ao conhecimento.

A essência do modelo econômico: informação é poder

Com a tese do *acesso indiferenciado* desarticulada, também a lógica do poder resultante dela fica seriamente comprometida. Vejamos: a despeito de suas diversas faces ao longo da história, até chegar ao que hoje se concebe como "capitalismo financeiro", e que supostamente vem evoluindo para um discutível "capitalismo sustentável" e da maleabilidade estrutural em face às novas tendências econômicas e tecnológicas mundiais, o sistema capitalista, em sua substância conceitual, não foi alterado. Mesmo na Era da Informação, onde o próprio valor material imediato ficou relativizado e todo um esquema sócio-cultural enraizado vem sendo redefinido (o terceiro setor, investimento em capital especulativo, os blocos econômicos continentais, o valor cognitivo agregado à marca), um dos alicerces estruturais que nos sobrou foi o próprio cerne intuitivo do capitalismo: a exaltação do poder adquirido pelo mérito de mercado.

Desde a revolução comercial marítima que o mérito de mercado favorece os herdeiros do poder verticalizado, oriundo dos séculos anteriores ao iluminismo, onde a mobilidade social era de fato inexistente. A evolução histórica encarrega-se de alterar estas 'representações do poder', mas jamais o que o 'poder representa'. Segundo Pierre Levy (1998), na sociedade pós-moderna, a capacidade de

controle do fluxo de informação reflete, junto com outros fatores, a supremacia militar, econômica e o brilho cultural dos espaços geopolíticos globalizados. Assim sendo, supor que o evidente excesso de dados disponíveis no ambiente digital transite sem filtros em meio à sociedade da informação é no mínimo uma ingenuidade - resultado natural diante do deslumbre tecnológico. Ora: se informação é poder, é natural, ou no mínimo plausível, que o gestor/produtor dos dados centralize ou manipule-os como lhe parecer mais conveniente, ou mais lucrativo, independente de utilizar ou não a infovia. Não se pode perder este dado elementar de vista.

Ademais, existe um silogismo essencial na manipulação da informação, indissociável da espinha dorsal de qualquer modelo político-econômico já experimentado no decorrer da história das civilizações, seja o escravismo, feudalismo, mercantilismo, stalinismo, nazismo, fascismo, capitalismo industrial ou financeiro. Nesta nova etapa do capitalismo, é bom lembrar que os sigilos de estado, instituições financeiras, e multinacionais de ponta permanecem sob controle, bem guardados em sistemas fechados de rede e criptografados, numa espécie de *internet oculta* – haja vista os sistemas VPN e de *intranet*. Ao menos na esfera política e empresarial, aquele que detém o poder e informa tudo, subtrai-se a si mesmo. Impossível é listar quais dados permanecem ocultos - uma vez que estão ocultos.

Retomando a Guerra Fria (46-89), quando da divisão do mundo entre capitalismo ocidental e socialismo oriental, o sigilo de informações era a moeda forte. A batalha política entre as duas superpotências (EUA e URSS) e a corrida espacial e armamentista dariam a cada nova informação obtida ou descoberta um status de “ponto de desequilíbrio” sem precedentes, além de funcionarem como mostrador publicitário dos respectivos modelos econômicos. Não por outro motivo, a atividade da espionagem se intensificaria, culminando na consolidação de

serviços secretos cada vez mais sofisticados: a CIA estadunidense e o MI6 britânico de um lado, e a KGB, de outro.

Devido à intensificação das tensões no contexto do pós-guerra, tivemos a oportunidade de visualizar uma caricatura daquilo que, em dias de paz, se sofisticava e passa despercebido, porque está fora do *agendamento midiático* - lembrando a teoria de Mc Combse e Donald Shaw (1972). O que o público conhece e com o que se importa em um dado momento da história, é, em grande parte, um produto do *gatekeeping* da mídia de massa. A Internet, ainda que mantenha muitas características da verdadeira democratização, a partir do momento em que é vendida como o cânone da transparência absoluta, se aproxima do discurso reducionista das mídias de massa, e dos discursos partidários. Não é a rede que se forja, mas a idéia coletiva que se faz dela. A informação como instrumento de poder não poderia deixar de existir justamente na Era da Informação, onde assume um papel essencial.

Recentemente, a gigante Google (para ser repetitivo) aceitou modificar uma versão do seu sistema de busca para penetrar no mercado Chinês. Neste novo sistema deliberadamente alterado, todas as informações que se chocassem com os interesses governamentais do país seriam automaticamente censuradas dos resultados de busca. Em 2005, o líder do partido comunista, Hu Jintao, exigiu que se fortalecesse a fiscalização dos conteúdos da Internet, prometendo “limpar” a rede em seu país.

Na outra ponta da gangorra, a Microsoft, que já domina com folga o mercado de tecnologias de informática, ambiciona engoli-lo por completo. Todas as áreas da atuação humana, desde a educação até as transações bancárias estão vinculadas aos seus sistemas operacionais, navegadores ou servidores. Roberto di Cosmo nos avisa dos perigos que um monopólio na cadeia mundial de informação e comunicações representa para a democracia:

“Se a Microsoft conseguir de facto dominar simultaneamente os sistemas operativos [operacionais] dos computadores pessoais, as redes de comunicação, os programas de navegação e a inteligência dos servidores de informação que constituem a rede Internet, o grupo [...] teria de facto o poder de decidir, de uma forma dissimulada, quem teria acesso à informação” (p. 15).

No ritmo que segue, a Microsoft poderá facilmente impedir a compatibilidade entre plataformas ou que concorrentes façam produtos compatíveis com os dela. E ainda: ninguém poderia entender como estas máquinas se comunicariam entre si; ou seja, a liberdade e a vida privada não estariam exatamente resguardadas, já que, tecnicamente, todos os vestígios de nossas informações particulares salvas no sistema permanecem registradas, independente de já haverem sido “deletadas” ou não.

Metodologia

O método de exposição de elementos teóricos é analítico-descritivo, utilizando-se de princípios sobretudo correlacionais nas fontes secundárias, sendo estes os mais convenientes para o contexto da análise, uma vez que o fenômeno da mundialização dos dados está em pleno desencadeamento, e que a delimitação se processou a nível temático, posto que o espaço virtual é volátil e expansivo, e não pode ser delimitado geograficamente. A geografia, portanto, é o próprio *discurso*. O foco é o diálogo textual entre *sistema e indivíduo*. As variáveis que concorram para exposição das fragilidades da retórica da democratização foram comparadas e investigadas, utilizando registros históricos, dados numéricos, ou laçando mão do marco teórico relacionado. Direcionando a perspectiva da *Análise do Discurso* de Foucault (2005) e Fiorin (1988) para o campo da sociologia, tomaremos o texto midiático sobre democratização da informação na internet como objeto empírico de análise do discurso.

Considerações Finais

Poderíamos, numa lógica preliminar, inferir que tenhamos uma sociedade mais informada graças a Internet. Se os dados acessíveis aumentaram, as informações da população média devem sim aumentar, ainda que numa escala muitíssimo inferior – tanto por conta do *acesso restrito* quanto pelo *acesso improdutivo*. Todavia, se a cultura de subutilização mercadológica da Internet se consolidar em escala global, a lógica pode ser outra: a internet, ao invés de se firmar como instrumento de formação cultural, vai se resumir a uma representação do desbunde lúdico, isto é: o reduto da extrapolação do ego, e não do conhecimento. A oferta de conteúdos densos será, a médio e longo prazo, cada vez maior do que a demanda, e a marginalização das mídias alternativas no ciberespaço pode se assemelhar a dos fanzines jogados na calçada.

Sem mais predições, compreendemos que há uma urgência em se reavaliar o discurso da democratização nas escolas e nas grandes mídias, para que se aprofunde os conceitos e não se perca de vista a dimensão crítica do fenômeno. Evitar o deslumbre da revolução tecnológica é uma obrigação do indivíduo comprometido com a construção do conhecimento; porém, esta construção muitas vezes é subproduto da qualidade de educação recebida antes de se chegar ao ambiente virtual. Jamais a Internet servirá de alavanca do conhecimento humano se aquele que a manipula sabe apenas coletar dados, e não coordená-los num todo semântico.

A construção ou não do *conhecimento* vai depender do resultado da interação do indivíduo com o dado a que ele teve acesso. Uma vez processado o dado, a informação se constrói. Uma teia de informações bem articulada vai

estabelecer o conhecimento, independente das variáveis interpretativas que lhe guie.

Ademais, o conhecimento que porventura advir da rede e que não intervir na realidade é despido do elemento político. A compreensão da *informação como poder* reaviva a desconfiança investigativa e re-alinha o ser em sua diretriz política, porque responsabiliza o homem informado perante a sociedade. A informação por si só não configura o poder de transformar uma realidade - o *poder* está no que fazemos ou deixamos de fazer com ela.

Referências bibliográficas:

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – a Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura** (vol 01). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DI COSMO, Roberto; NORA, Dominique. **O Assalto Planetário: a face oculta da Microsoft**. Trad. Maria Filomena Duarte. Lisboa: Terramar, 1999.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LEVY, Pierre. **A Revolução Contemporânea em Matéria de Comunicação**. In: revista FAMECOS. Porto Alegre: PUC, 1998.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **A Função do Agendamento dos Media**, 1972 In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

MIGUEL, Luís Felipe. As Novas Tecnologias e a Democratização da Informação. In: **Lugar Comum – estudos de mídia, cultura e democracia**. No. 09-10. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991-2000.

MOREIRA, Paul. **As Novas Censuras**. Paris: Robert Laffont, 2007.

SAID, Gustavo Fortes. História, Comunicação e Sociedade na Era da Informação. In: **Lugar Comum – estudos de mídia, cultura e democracia**. No. 15-16. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001-2002.

TALBOTT, Stephen. **Netfuture #81**. Dec. 10, 1998.

SOCIEDADE da Informação no Brasil: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em:

http://www.socinfo.org.br/livro_verde/download.htm. Acesso em: 16 abr. 2002.

.